



ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia

Conselho Municipal de Assistência Social

ATA 95

No dia 24 de fevereiro de 2022, às 09 horas da manhã, reuniram-se na Secretaria de Assistência Social de Pontal do Araguaia os conselheiros da Assistência Social em caráter extraordinário para deliberarem sobre o a contratação de OSCIP para administrar a contratação de prestadores de serviços da assistência social. Estiveram presentes à reunião os (as) conselheiros: Antônio Parreira Almeida; Lea de Oliveira; Lucieny Aires Lima; Deborah Suzana Rosa Barbosa; Claudia Lima Rezende; Rejane Evangelista Galvão; Michele Neves Ferreira, e Jose Rodrigues da Silva Junior. Também participaram da reunião a secretária de assistência social, Sra. Michele da Silva Alves; e a secretária adjunta, Ana Paula da Costa Fernandes e o responsável pela licitação municipal, sr. Alessandro dos Santos Oliveira. A presidente do Conselho de Assistência Social, Sra. Antônio Parreira, iniciou a reunião agradecendo a presença e a disponibilidade de todos, apesar da reunião ter sido programada muito em cima da última reunião que teve. Agradeceu também a presença do sr. Alessandro, já passando a palavra para ele explicar sobre a necessidade dessa contratação da OSCIP. O Sr. Alessandro iniciou sua explanação afirmando que hoje a prefeitura precisa muito desse procedimento para que haja a desoneração da folha de pagamento da prefeitura. Explicou que a arrecadação é pouca e varia muito mês a mês, o que pode comprometer o teto de gastos com funcionários que já está acima de 50% da receita corrente líquida do município. A secretária Michele reforçou que essa arrecadação é muito variável e que o prefeito colocou que está preocupado com a proximidade desse teto atualmente. O sr. Alessandro explicou ainda que o prefeito consultou o presidente do tribunal de contas do estado e que este afirmou a possibilidade dessa saída para os municípios. Contou também que a advogada da prefeitura, Dra Luciana, orientou que, pela lei da OSCIP, é necessário que todos os conselhos das políticas públicas municipais precisem ter a ciência e aprovarem essa contratação, por isso o motivo desta reunião. Explicando o funcionamento das políticas públicas através da OSCIP, o Sr. Alessandro explanou que está previsto a consulta pública das OSCIPs que irão concorrer e que outras prefeituras já adotaram essa administração dos contratados pelas OSCIPs. Afirmou que a prefeitura tem dinheiro em caixa até mesmo para aumentar o salário de seus funcionários, mas que não pode dar o aumento por causa do teto de gastos. A Conselheira Lucieny sugeriu que as técnicas da assistência social deveriam fazer um documento com o aceite desse procedimento para que a responsabilidade desse procedimento não recaísse somente para o conselho, já que é um procedimento novo e ainda pouco conhecido pelo conselho. A conselheira Lea reiterou o pedido, contando que uma vez teve que comparecer na delegacia por causa de uma ação que tinha acontecido 6 anos antes. A secretária Michele argumentou que este procedimento não vai atingir as

